

OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Marisa R.T. (Orgs.) *Política e Trabalho na Escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 254pp.

Por: Afrânio Mendes Catani<sup>40</sup>

No segundo semestre de 1999 foi realizado em Belo Horizonte, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, o Seminário “Política e Trabalho na Escola: administração dos sistemas públicos de educação básica”, reunindo a intervenção de professores, pesquisadores e gestores de educação pública de várias instituições e estados brasileiros. O resultado aparece agora, sob a forma de livro, em estimulante coletânea organizada pelas professoras Dalila Andrade Oliveira e Marisa R.T. Duarte, do Departamento de Administração Escolar da UFMG.

Reunindo 16 colaboradores, oriundos da UFMG, da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), da Universidade Federal Fluminense (UFF), bem como administradores educacionais de algumas unidades da federação, o livro compilado por Dalila e Marisa é poderoso antídoto contra a tecnocracia bem posta e enquistada nos poderes públicos, que se guia (e se guiou), teoricamente, pelas concepções segundo as quais deve existir a separação entre trabalho e política das técnicas de intervenção no social. “A partir da década de 90”, escrevem elas, “novas formas de abordagem dos aspectos relativos ao financiamento, planejamento e gestão escolar adquirem maior visibilidade e expõem projetos e concepções diferenciadas de administração dos sistemas públicos de ensino.” (p. 7)

A obra organiza-se em cinco partes. A primeira, “Estado, Trabalho e Educação”, inicia-se com o artigo de Lúcia Bruno, “Reestruturação Capitalista e Estado Nacional”, onde são discutidos “os fundamentos sócioeconômicos da vinculação entre política e trabalho como uma relação indissociável, cada vez mais flagrante em face do desenvolvimento atual do capitalismo.” O segundo texto, de Eduardo Meira Zauli, dedica-se ao estudo dos fatores responsáveis e das tendências atuais – assim como das formulações teóricas – para a análise das orientações que visam à descentralização da elaboração e da implementação das políticas públicas

---

<sup>40</sup> Professor na Faculdade de Educação (USP) e no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP).

(p. 43). Azuete Fogaça, em “Educação e Qualificação Profissional nos Anos 90: o discurso e o fato”, tem como epígrafe a conhecida afirmação de Giacomo di Lampedusa em ‘O Leopardo’: “é preciso que tudo mude, para que nada mude.” Conclui, em sua análise que os problemas básicos do sistema educacional do país, aí incluída a questão da qualificação profissional, não estão sendo sequer equacionados – embora se vivencie uma bem urdida teatralização de que tudo que se faz é correto e necessário (p. 67/68). Encerra essa seção o artigo de Dalila Andrade Oliveira, “As Reformas em Curso nos Sistemas Públicos de Educação Básica: empregabilidade e equidade social”, em que se demonstra que os anos 90, marcados por reformas educacionais em todos os âmbitos do sistema de ensino, podem ser comparados à década de 60, “em termos das mudanças que ensejou” (p.69). Entende a autora que as reformas educacionais preocupam-se, fundamentalmente, “com a equidade social e educação para todos.” Entretanto, deve-se indagar como esse ideário foi historicamente desenvolvido, razão pela qual o estudo é dividido em três períodos: anos 50 à meados de 70 (denominação: educação e desenvolvimento); meados de 70 ao final dos 80: educação e democracia; anos 90: educação e equidade social. Dalila Oliveira conclui que o discurso sobre a educação e a empregabilidade relaciona-se intimamente “com a necessidade de se justificarem a exclusão social e a segmentação do mercado de trabalho. Fica difícil saber se a maior exigência de escolaridade foi imposta pela alteração do padrão tecnológico de produção ou se resulta justamente da ampliação da oferta de força de trabalho mais escolarizada num mercado cada vez mais restrito, ou se são as duas coisas ao mesmo tempo.” (p.94)

A segunda parte, “Descentralização: crise do planejamento central”, reúne textos de Maria do Carmo Lacerda Peixoto (“Descentralização da Educação no Brasil: uma abordagem preliminar”) e Osmar Fávero (“A Descentralização dos Sistemas de Educação Básica: crise do planejamento central?”), em que os autores defendem, através de abordagens teórico-práticas distintas, “a importância da inclusão dos temas relativos à política e administração dos sistemas de ensino na formação inicial e continuada dos profissionais de educação.”

A seção seguinte, “As Fronteiras do Público e do Privado na Educação Brasileira”, conta com três colaboradores: Geraldo M.P. Leão, Carlos Roberto Jamil Cury e Vera Lúcia Alves de Brito. No primeiro texto, Geraldo Leão pondera que a discussão acerca da administração dos sistemas públicos da educação básica deve, obrigatoriamente, penetrar no debate

sobre o público e o privado: “Estamos no seio de uma complexidade em que o capital adquire novos contornos e legitima a sua interpretação sobre a crise educacional, aliando o discurso conservador e soluções pseudodemocráticas.” (p.121) Jamil Cury, por sua vez, em “O Público e o Privado no Brasil: fronteiras e perspectivas”, retoma suas reflexões anteriores sobre o tema, destacando como as posições ocupadas pelos agentes se alteram no interior do campo educacional. Vera Brito, encerrando este conjunto de textos, privilegia o estudo das políticas educacionais, examinando o papel do Estado e ponderando que “as atuais propostas de políticas educacionais têm enfatizado a eficiência e a redução de gastos públicos, de um lado, e a municipalização de outro.” (p. 138)

“Experiências de Gestão Pública em Educação Básica”, a quarta parte do livro, destaca as experiências das administrações “populares” estaduais, servindo como um estimulante contraponto à administração da educação nacional. São os casos da “escola cidadã” (Porto Alegre), trabalhada por José Clóvis Azevedo; da experiência desenvolvida na Prefeitura de Belo Horizonte, gestão do prefeito Patrus Ananias (escrita por Glaura Vasques de Miranda); das administrações das cidades de São Paulo (1989-1992) e de Diadema (1993-1996), relatadas por Lisete R. Gomes Arelaro. Lúcia Helena G. Teixeira, com “Políticas Públicas de Educação e Mudanças nas Escolas. Um estudo da cultura escolar”, destaca que a complexidade das reformas educacionais dos anos 90, devido à complexidade de situações envolvidas, “colocam em xeque a técnica, o político e a cultura organizacional no terreno da administração da educação.” (p.9)

Assim, é a respeito das mudanças na cultura organizacional de escola da rede pública estadual de Minas Gerais que o estudo irá se concentrar.

A última parte da obra intitula-se “Política de Financiamento: a efetividade do direito à educação básica.” Inicia-se com o artigo de Maria Rosimary Soares dos Santos, em que tece considerações “acerca do financiamento da educação no Brasil e das mudanças efetuadas na política educacional, tomando como referência os instrumentos jurídico-legais que orientam esta matéria, em particular a legislação que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)” discute aspectos relativos “ao conteúdo das mudanças implementadas na política de financiamento da educação e, ao mesmo tempo, aponta dilemas presentes na discussão sobre a efetividade dessas mudanças” (p.211). Romualdo Luiz Portela de Oliveira, em “Sobre a Necessidade do Controle Social no Financiamento da Educação”, entende

que o problema do financiamento educacional no Brasil, “para além de necessários aperfeiçoamentos que possam ser introduzidos nos textos legais, é um problema de seu cumprimento.” Afirma que apenas a sociedade civil “é capaz de transformar as práticas dos Poderes constituídos, secularmente arraigadas, de excluir as camadas populares da ‘divisão do bolo’ (...) entende que a lei é, ao mesmo tempo, um fim e um meio. Um fim no sentido de se reconhecer a todos os cidadãos os mesmos direitos e um meio no sentido de transformar a bandeira do seu cumprimento em instrumento de tomada de consciência por parte da população, difundindo a noção de que ela é portadora de direitos e deve também lutar para que estes se tornem realidade”(p. 221). No último texto, “Limites à Educação Básica: expansão do atendimento e relação federativa”, Marisa R.T. Duarte escreve que “a efetividade dos direitos à educação não é obra da legislação, mas da organização da sociedade; no entanto, esta constitui um instrumento pelo qual o Estado regula, acentuando ou amenizando tendência em marcha (...) é, ainda, um dos instrumentos da população para responsabilização da autoridade pública, pelas decisões político-administrativas efetuadas.” (p.238)

Política e Trabalho na Escola é leitura obrigatória para os estudiosos das políticas educacionais, constituindo-se em instrumento diferenciador para se compreender a realidade educativa brasileira. Em tempo: a bela capa de Luís Gustavo Maia, sobre a clássica foto da École de Rue Buffon (Paris, 1956), de Robert Doisneau, nos incita a devorar a coletânea organizada por Dalila e Marisa.